



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NATAL

Promotoria de Defesa da Infância e Juventude

Av. Cap. Mor Gouveia, s/n, Cidade da Esperança, Natal/RN, CEP.: 59060-370

Telefone: (84) 3232-5086, e-mail: 21pjn@rn.gov.br

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PARCIAL Nº 001/2013
Inquérito Civil n.º 010/2012 – 21ª PmJN

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, por meio do 21º Promotor de Justiça Dr. Marcus Aurélio de Freitas Barros, doravante denominado apenas **TOMADOR DO COMPROMISSO**, e a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNDAC**, com sede no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Norte – BR 101, km 0, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.064-900, neste ato representada pelo Diretor Presidente Sr. Getúlio Batista da Silva Neto, adiante simplesmente nominada, respectivamente, de **COMPROMITENTE**, a teor do disposto no art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 211, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente),

CONSIDERANDO que é atribuição do Promotor de Justiça, em matéria da Infância e Juventude, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, nos termos do art. 55, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141/1996;

CONSIDERANDO que é competência deste órgão inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades, bem como fiscalizar as entidades em regime de semiliberdade e internação (art. 201, inciso XI e art. 95 da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, segundo o art. 4º da Resolução nº 67 - CNMP, os membros do Ministério Público em todos os estados deverão tomar as medidas administrativas e judiciais necessárias à implementação de políticas socioeducativas em âmbito estadual e municipal, nos moldes previstos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase);

CONSIDERANDO que o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, instituído pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012;

CONSIDERANDO que a Lei do Sinase (art. 2º) estabelece que o sistema de atendimento socioeducativo será coordenado pela União e integrado pelas instâncias estaduais, distrital e municipais responsáveis pela implementação dos seus respectivos programas de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, com liberdade de organização e funcionamento;

CONSIDERANDO que o Sinase define como competências estaduais (art. 4º da Lei nº 12.594/2012), além da coordenação do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas), a criação, o desenvolvimento e a manutenção de programas para execução das medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade;

CONSIDERANDO que, neste Estado, a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (Fundac) é a instituição responsável pelas medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade, executadas nos Centros Educacionais e nos Centros Integrados de Atendimento nos Municípios de Natal, Parnamirim, Caicó e Mossoró;

CONSIDERANDO que o Poder Público Estadual, por meio da Fundac, vem demonstrando absoluta e incontestável omissão inconstitucional, em razão de não ter tomado, de forma eficiente, as medidas necessárias para a adequação das unidades de cumprimento de medidas socioeducativas em meio

fechado às normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990) e da Lei do Sinase (Lei nº 12.594/ 2012), o que tem gerado representações do Poder Judiciário no sentido de que sejam apuradas as responsabilidades no âmbito civil, administrativo e criminal dos gestores, inclusive por improbidade administrativa (arts. 28 e 29 da Lei do Sinase);

CONSIDERANDO que o problema é tão grave que vários adolescentes sentenciados com medida de internação, diante da comprovação da prática de atos infracionais equiparados a roubo (muitas vezes majorado e em reiteração) e homicídio, foram incluídos em programa de atendimento socioeducativo em meio aberto pela 3ª Vara da Infância e Juventude de Natal, nos termos do art. 49, inciso II, da Lei nº 12.594/2012, que impõe o dever de o adolescente: *“ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade [...]”*;

CONSIDERANDO que foram evidenciadas e publicizadas diversas e graves irregularidades no cumprimento, de modo provisório e definitivo, de medidas socioeducativas de internação no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, o que restou indubitável por meio de ações e diagnósticos do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, além do trabalho de diversos órgãos de execução do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, os quais demonstram o total desrespeito do Poder Público ao direito à proteção integral de adolescentes e sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

CONSIDERANDO que a situação se tornou mais grave quando os atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) se depararam com o fato de que, além das interdições parciais do Centro Educacional de Caicó e do Centro Educacional de Mossoró, foi determinada a interdição do Centro Educacional Pitimbu, motivada por problemas de diversas ordens, ocasionados pela ausência de ações efetivas por parte do Poder Público, instaurando uma situação verdadeiramente caótica no sistema socioeducativo do estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO que os problemas não se circunscrevem a uma ou poucas unidades, revelando-se, na verdade, como um problema de gestão do sistema socioeducativo como um todo, no âmbito Estadual, que não tem se pautado pela eficiência, exigindo soluções coletivas (de gestão do sistema) e não só pontuais;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Estadual, em atuação conjunta com diversos órgãos do Sistema de Garantia e Defesa da Criança e do Adolescente (SGD), como a Defensoria Pública, o Poder Judiciário, a Corregedoria Geral de Justiça, o Fórum DCA e o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (Consec) vem realizando, desde 2012 e nos primeiros meses de 2013, diversas ações, como: visitas as unidades de atendimento socioeducativo, elaboração de relatórios, reuniões, recomendações, ações judiciais entre outras, visando a solução da situação caótica em que se encontra o sistema estadual de atendimento socioeducativo;

CONSIDERANDO que foi realizada audiência no dia 12 de julho de 2012, com a Governadora Rosalba Ciarlini, para apresentação de um documento intitulado “Documento Interinstitucional: Irregularidades no sistema socioeducativo”, para que a mesma tomasse as devidas providências para o caos que se instalou no sistema socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO que o referido documento apresentava os problemas de falta de vagas para cumprimento da medida socioeducativa de internação decorrente de deficiências estruturais, de recursos humanos e segurança das unidades de atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais, as quais são gravíssimas, com notórios prejuízos à sociedade, e, que revelavam a ausência de medidas resolutivas por parte do ente estatal e da Fundac;

CONSIDERANDO que foi acordado com a Fundac a elaboração de um Planejamento para o enfrentamento de todos problemas apresentados no Documento Institucional, no entanto, o documento encaminhado a esta Promotoria

de Justiça pela Fundação, denominado de *“Plano de Reordenamento da FUNDAC-RN conforme diretrizes do Sinase”*, não apresentou dados consistentes para tomada das decisões urgentes, não tendo efetividade e sendo inexecutável na ordem das urgências de que o sistema necessita dada a situação caótica;

CONSIDERANDO que os problemas constatados denotam que, historicamente, a Fundac não tem demonstrado capacidade para administrar adequadamente o sistema socioeducativo do estado do Rio Grande do Norte, no sentido de assegurar condições adequadas de funcionamento às unidades de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, sobretudo em razão da falta de planejamento e da má gerência dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o problema de recursos humanos da Fundac não se refere apenas a deficiência na composição da equipe técnica, mas, sobretudo, da formação e educação dos socioeducadores, da má distribuição dos servidores, dos desvios de funções, do quadro de servidores efetivos “envelhecido”, servidores com diversos problemas de saúde e desgaste mental e físico, do “inchaço” dos quadros administrativos, o que incidem diretamente nas atividades de socioeducação exigidas pelo Sinase;

CONSIDERANDO que as condições de trabalho, a insuficiência de um corpo técnico e a falta de qualificação dos socioeducadores se traduzem em castigos e punições severas aos adolescentes, contrariando a verdadeira convocação à responsabilidade da sociedade, da família e do Estado, conforme preceitua o art. 4º do ECA;

CONSIDERANDO que recentemente foram publicadas na Tribuna do Norte, no dia 01 de março de 2013, as declarações do juiz titular da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Natal, Homero Lechner, o qual teve que liberar 11 (onze) adolescentes que praticaram atos infracionais de natureza grave, pelo fato de que o Estado não está fornecendo condições estruturais para que o Poder Judiciário possa determinar a execução de medida socioeducativa em meio fechado;

CONSIDERANDO que as entidades que desenvolvem programas de internação tem as obrigações de, dentre outras, observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes; não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação; oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente; atuar buscando o restabelecimento e preservação dos vínculos familiares; oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e objetos necessários à higiene pessoal; oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos; propiciar escolarização e profissionalização; e propiciar atividades culturais e esportivas (art. 94, incisos I, II, IV, V, VII, IX, X e XI, da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que são direitos dos adolescentes privados de liberdade, entre outros, ser tratado com respeito e dignidade; habitar alojamento com condições adequadas de higiene e salubridade; receber escolarização ou profissionalização; realizar atividades culturais, esportivas e de lazer (art. 124, incisos V, X, XI e XII, do mesmo Estatuto);

CONSIDERANDO que, na reunião do dia 25 de fevereiro de 2013, a Fundac não apresentou qualquer proposta consistente de readequação administrativa em obediência ao Sinase, tendo sido requisitada uma posição definitiva da Fundac sobre a situação caótica das unidades de atendimento socioeducativo, especialmente quanto à deficiência da equipe técnica, à baixa qualificação dos socioeducadores e à ausência de atividades sociopedagógicas e profissionalizantes, conforme restou explicitado na Recomendação Ministerial nº 002/2013;

CONSIDERANDO que restou apurado, através do exame da relação de funcionários apresentada pela própria Fundac, que existe um número excessivo de servidores à disposição da entidade, o que conflita com os diversos relatórios que apontam ausência, por exemplo, de equipe técnica e educadores qualificados nas unidades de internação e semiliberdade, importando prejuízo na elaboração do PIA e na realização das atividades;

CONSIDERANDO que a Fundac vem descumprindo o que determina a Lei nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), em relação à exigência de qualificação dos dirigentes das unidades, uma vez que nem todos possuem formação completa de nível superior, bem como que muitos educadores não possuem sequer formação de nível médio;

CONSIDERANDO que existem outros problemas de diversas ordens, tais como: a) servidores lotados em unidades do interior já desativadas, os quais possivelmente estão recebendo sem trabalhar; b) número considerável de servidores cedidos a outros órgãos públicos, muitos deles com formação adequada para compor as equipes técnicas das unidades; c) ausência de atividades (pedagógicas, esportivas, artísticas etc.) e de materiais para realização das mesmas nas unidades de atendimento; e d) não adoção de medidas de ordem administrativa e disciplinar para os servidores e adolescentes que descumprem as regras da unidade;

CONSIDERANDO que, na última reunião do dia 06 (seis) de março de 2013, realizada na sede da Fundac, em atendimento à Recomendação nº 002/2013, expedida por esta Promotoria de Justiça, foram discutidas propostas emergenciais, a fim de adequar os recursos humanos e as atividades socioeducativas das unidades de atendimento às legislações específicas (Lei nº 8.069/90 e Lei 12.594/12) e às normas de referência do Sinase (Resolução nº 119 de 2006 do Conanda);

RESOLVEM:

Celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 211, da Lei nº 8.069/90, mediante cominações, com força de título executivo extrajudicial, nos termos das seguintes cláusulas:

*DA IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAC
E DE SUA ATUAL FORMAÇÃO PROFISSIONAL*

CLÁUSULA PRIMEIRA – O COMPROMITENTE se obriga a convocar todos os servidores da entidade para que apresentem, até o dia **30 de março de 2013**, **declaração de exercício funcional**, que deverá conter a indicação: a) da atual formação profissional do servidor, b) da unidade em que estiver lotado (ou então, indicação do órgão a que foi cedido) e c) do cargo e da função desempenhada.

CLÁUSULA SEGUNDA – O COMPROMITENTE, durante o prazo para a **declaração de exercício funcional**, que deverá ser, no mínimo, **de 10 (dez) dias**, fará ampla divulgação deste processo entre os servidores da unidade, através de cartazes ou outros meios informativos, publicação em diário oficial e divulgação pelos meios de comunicação disponíveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – Findo o prazo de **declaração de exercício funcional**, a entidade comprometente deverá promover, junto aos dirigentes das unidades de atendimento e outros chefes imediatos, **até o dia 09 (nove) de abril de 2013**, a validação das informações prestadas pelos servidores, a fim de confrontar a veracidade do conteúdo das declarações.

CLÁUSULA QUARTA – O COMPROMITENTE deverá, **até o dia 10 (dez) de abril de 2013**, encaminhar à Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Norte – SEARH, os nomes dos servidores que não preencheram a **declaração de exercício funcional** e dos que não foram validados pelos chefes imediatos ou identificados pela Fundac, determinando a suspensão do pagamento a partir do mês de abril de 2013.

CLÁUSULA QUINTA – O COMPROMITENTE se obriga, **até o final do mês de abril de 2013**, a encaminhar ao Ministério Público Estadual, por intermédio da 21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN, relatório circunstanciado acerca do procedimento adotado, o qual deverá vir acompanhado de documentos

comprobatórios: a) da divulgação realizada; b) lista de servidores validados com as respectivas formações profissionais, bem como os documentos encaminhados pelos dirigentes das unidades ou chefes imediatos para fins de validação; c) lista dos servidores cujo pagamento foi suspenso a partir do mês de abril de 2013, com a respectiva justificativa para a suspensão do pagamento.

– II –

*DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS EM RELAÇÃO
AOS DIRIGENTES DAS UNIDADES*

CLÁUSULA SEXTA – O COMPROMITENTE se obriga a somente nomear, para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento em regime de semiliberdade ou de internação, pessoas que possuam os seguintes requisitos:

- 1) Formação completa em nível superior, comprovada por meio de diploma de conclusão de curso. Após o prazo de dois anos, além de formação superior, deverá ser exigido que a formação do dirigente seja compatível com a natureza da função, como acontece, por exemplo, nas seguintes áreas do conhecimento: Direito, Psicologia, Pedagogia, Medicina (Psiquiatria), Sociologia, Serviço Social e Administração;
- 2) Experiência no trabalho com os adolescentes de, no mínimo, 2 (dois) anos, comprovada por meio de documentos aptos, como declaração da instituição empregadora, currículo, dentre outros;
- 3) Reputação ilibada, de modo que não poderá tal dirigente, tendo em vista a peculiaridade do trabalho com adolescentes em conflito com a lei, estar respondendo a processo criminal ou de improbidade administrativa, ou já ter sido condenado em qualquer desses;
- 4) Parecer favorável da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais – CPPE e da Diretoria Técnica da Fundac;

CLÁUSULA SÉTIMA – O COMPROMITENTE promoverá, ainda, a imediata exoneração dos atuais dirigentes de unidades que não cumpram os requisitos definidos nos itens 1 (um) a 3 (três) da cláusula anterior.

CLÁUSULA OITAVA – No prazo de 20 (vinte) dias, contado da assinatura do presente compromisso, o COMPROMITENTE encaminhará ao Ministério Público Estadual, por intermédio da 21ª Promotoria de Justiça da Capital, a relação de todos os dirigentes das unidades de atendimento.

– III –

*DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS EM RELAÇÃO
À EQUIPE TÉCNICA DAS UNIDADES*

CLÁUSULA NONA – A Fundac se obriga, no prazo de 10 (dez) dias, a promover a lotação, nas suas unidades de atendimento, de todos os Técnicos de Nível Superior, integrantes do quadro de pessoal da entidade, que possuam formação nas áreas de Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, História, Educação Física, Letras, Ciências Sociais e outras formações compatíveis com as atividades das unidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – Em relação aos servidores cedidos a outros órgãos da administração estadual, a entidade comprometente deverá, no mesmo prazo acima estipulado, encaminhar ofício à Exma. Sra. Governadora, requisitando, além dos agentes educacionais, a devolução dos servidores da Fundação, ocupantes de cargo de Técnico de Nível Superior, conforme a “Relação dos servidores com cargos de técnico de nível superior à disposição de outros órgãos” anexa (doc. 01).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Decorridos 15 (quinze) dias do fim do prazo acima concedido, a Fundac deverá encaminhar ao Ministério Público Estadual, por meio da 21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN: a) lista contendo todos os servidores que foram relotados, conforme estipulado na cláusula nona, com identificação da unidade de atendimento de destino e da função a ser desempenhada; b) cópia do ofício requisitório à Exma. Sra. Governadora do Estado, conforme obrigação prevista na cláusula décima.

*DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS EM RELAÇÃO
AOS EDUCADORES E AGENTES EDUCACIONAIS DAS UNIDADES*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O COMPROMITENTE se obriga a, **no prazo de 15 (quinze) dias**, definir os requisitos necessários para a ocupação da **função de educador**, devendo constar que, para o desempenho dessa função, o servidor deverá possuir, no mínimo, **nível médio completo**. No mesmo prazo, a Fundac deverá retirar a gratificação daqueles servidores que, embora estejam no desempenho da função de educador (por exemplo, Auxiliar de Serviços Diversos – ASD com apenas nível básico), não atendam aos requisitos estatuídos, bem como se compromete, a partir de então, a não promover qualquer nomeação em desacordo com os requisitos definidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A Fundac, **10 (dez) dias após o escoamento do prazo indicado na cláusula anterior**, encaminhará ao Ministério Público Estadual, por intermédio da 21ª Promotoria de Justiça desta Capital, documento em que constem os requisitos estabelecidos para ocupação da função de educador. Além disso, encaminhará, **no mesmo prazo**, uma lista contendo os servidores que se encontram no exercício da mencionada função, com a indicação de sua formação educacional e da unidade onde estiver lotado, como também uma outra lista em que constem os servidores que foram exonerados por força deste novo regramento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A Fundac se obriga a, **no prazo de 20 (vinte) dias**, definir critérios transparentes e isonômicos para **Remoção** de educadores ou quaisquer outros servidores, em caso de vacância de cargos que integram a estrutura da entidade comprometente, de acordo com o art. 36, da Lei Complementar Estadual n.º 122/94. **Cinco dias após o decurso do prazo concedido**, a entidade encaminhará ao Ministério Público Estadual, por intermédio da 21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN, cópia do(s) documento(s) que regulamente(m) o processo de Remoção de servidores no âmbito da Fundac.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O COMPROMITENTE somente poderá conceder as Gratificações de Área Terapêutica (Gradats) e/ou de Proteção Jurídico-Social (GPJS) aos servidores que, exclusivamente, exerçam suas funções nas unidades de atendimento direto aos adolescentes que praticaram atos infracionais, observando os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Estadual n.º 361/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – No prazo de 15 (quinze) dias, a Fundac se obriga a fazer o levantamento de todos os servidores que estejam auferindo alguma dessas gratificações e, constatando casos de irregularidade, a entidade determinará o encaminhamento desses servidores para as unidades de atendimento ou a suspensão do pagamento das referidas gratificações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – No prazo de 30 (trinta) dias, a Fundac encaminhará ao Ministério Público, por intermédio da 21ª Promotoria de Justiça, relatório circunstanciado com as providências adotadas pela entidade, relativas ao pagamento das gratificações, detalhando: a) a quantidade de Gradats e GPJS existentes e b) os servidores que, após as medidas adotadas, estejam recebendo Gradats e/ou GPJS, identificando-se a unidade em que esteja lotado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em relação aos agentes educacionais, o COMPROMITENTE se obriga a remeter, no prazo de 10 (dez) dias, ao Ministério Público, por meio da 21ª Promotoria de Justiça da capital, relação dos **agentes educacionais** lotados na sede da Fundac, bem como dos que foram cedidos a outros órgãos da administração pública estadual, devendo, ainda, apresentar um planejamento de como esses servidores serão lotados nas unidades.

– V –

*DO REGIMENTO INTERNO DA FUNDAC E
DAS REGRAS RELATIVAS AO REGIME DISCIPLINAR*

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O COMPROMITENTE se obriga, no prazo de 60 (sessenta) dias, a adequar seu Regimento Interno ao disposto no art. 11, da Lei nº. 12.594/2012, com ênfase na definição das atribuições e responsabilidades dos

dirigentes, de seus prepostos, dos membros da equipe técnica e dos demais educadores, de modo que fiquem definidas com clareza as atribuições e a rotina dos servidores das unidades de atendimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – No mesmo prazo, a Fundac deverá adequar o Regime Disciplinar aplicável aos socioeducandos, observadas as diretrizes estabelecidas nos arts. 71 a 75, da Lei nº 12.594/2012, bem como editar/atualizar um Regimento Disciplinar próprio para os servidores, definindo sanções administrativas para o caso de faltas injustificadas ou descumprimento das regras das unidades, definidas no Regimento Interno ou em outras normas administrativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Escoado o prazo de 60 (sessenta) dias acima estipulado, a Fundac, **no prazo de 5 (cinco) dias**, deverá remeter ao Ministério Público, por intermédio da 21ª Promotoria de Justiça da Capital, cópia do Regimento Interno e dos Regimes Disciplinares aplicáveis aos socioeducandos e aos servidores da entidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – A Fundac se obriga a constituir ou atualizar, **em até 10 (dez) dias após o decurso do prazo estabelecido na Cláusula Décima Nona**, Comissões Disciplinares em cada unidade de atendimento, devendo a entidade comprometente, ao final deste prazo, remeter ao Ministério Público, por meio desta 21ª Promotoria de Justiça, a lista com os membros da Comissão Disciplinar de cada unidade.

– VI –

*DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS, ESPORTIVAS, ARTÍSTICAS E
PROFISSIONALIZANTES*

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – O COMPROMITENTE se obriga, **no prazo de 20 (vinte) dias**, a remeter ao Ministério Público Estadual, por intermédio da 21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN, um quadro demonstrativo, contendo as atividades pedagógicas, esportivas, artísticas e profissionalizantes que serão disponibilizadas em cada unidade, identificando: a) os responsáveis (monitores,

professores, arte-educadores, instrutores, socioeducadores, equipe técnica, etc); b) o cronograma das atividades; c) os materiais a serem utilizados em cada atividade, assim como d) a rotina dos socioeducandos estabelecida por cada unidade de atendimento.

– VII –

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Em caso de não-cumprimento, nos prazos fixados, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, o COMPROMITENTE, **na pessoa de seu dirigente representante**, ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por cada ato de descumprimento, que será revertida para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Natal/RN, sem prejuízo da(s) medida(s) judicial (ais) adequada(s) à imposição do acordado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – Fica ciente o COMPROMITENTE de que este Compromisso de Ajustamento de Conduta Parcial tem eficácia plena, desde a data de sua assinatura, não o eximindo de eventuais responsabilidades administrativa e penal em razão de sua conduta e que valerá como título executivo extrajudicial, na forma do art. 211, da Lei nº 8.069/90, art. 5º, §6º da Lei nº 7.347/85 e do art. 585, VII do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – O atendimento às obrigações previstas neste ajuste não exime o COMPROMITENTE, assim como a Exma. Sra. Governadora do Estado, de, devidamente apurada a necessidade, ter de garantir outras exigências legais, em especial no que diz respeito a recursos humanos, materiais, atividades socioeducativas, reformas das unidades, plano de manutenção, desde que respaldadas na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e Adolescente, na Lei do Sinase e na legislação esparsa vigente.

E, estando o **TOMADOR DO COMPROMISSO** e o **COMPROMITENTE** assim acordados, vai o presente termo de ajustamento por todos devidamente assinado, em 03 vias de igual teor.

Natal, 21 de março de 2013.

ENTIDADE COMPROMITENTE
FUNDAÇÃO ESTADUAL DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – FUNDAC
Getúlio Batista da Silva Neto
Diretor Presidente

TOMADOR DO COMPROMISSO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NATAL/RN
Marcus Aurélio de Freitas Barros